

## OS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – II

Nilson Pimentel (\*)

02/mar/2018

O que leva pesquisadores, economistas e técnicos à discussão do futuro em desenvolvimento econômico regional como o do Estado do Amazonas?

É assim que os estudiosos do Clube de Economia da Amazônia (CEA) conseguem desenvolver seus campos de pesquisas ditadas aos conhecimentos científicos e tecnológicos inovativos no que representa esse imenso espaço territorial do Brasil norte, os recursos naturais que dispõe a biodiversidade amazonense, passíveis de valorização econômica, haja vista oferecer oportunidades de exploração na racionalidade econômica sem depredar esse meio ambiente.

Entretanto, o que mais preocupa aqueles pesquisadores do CEA é o futuro que será legado para as novas gerações que haverão de chegar, quanto aos programas e projetos de desenvolvimento econômico regional calcado na endogênese amazonense, que abranja mercados globalizados e já restritos aos domínios das grandes potências mundiais, em competitividade sem limites, ameaças e mudanças constantes, sociedades em alto consumismo, elevado comércio de commodities, que fazem economias depauperadas de outros países sucumbirem ao avassalador domínio econômico.

Ou seja, precisamos construir um futuro promissor para o Amazonas e não mais repetir o passado estagnado no extrativismo primário, pois o que veio após, como dádiva do governo central militar, fazendo parte do último grande projeto de desenvolvimento econômico direcionado à Amazônia, foi a Zona Franca de Manaus (ZFM), há mais de 50 anos, tendo atualmente seu espectro mais pujante o Polo Industrial de Manaus (PIM) com pouco mais de 550 empresas sediadas incentivadas.

O que leva às preocupações daqueles economistas do CEA que se dedicam aos estudos da Ciência da Economia no estado do Amazonas? Relembrando que depois disso nada mais se fez no sentido do desenvolvimento regional para a Amazônia, a não ser um programa de diretrizes do governo federal identificado como Plano Amazônia Sustentável (PAS-2008), que propõe um “conjunto de diretrizes” para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.

Assim, quando se tratar de comprometimento responsável com o futuro, tendo como fator basilar, o capital intelectual, se está a ratificar que o propósito fundamental será a transformação desses recursos naturais abundantes, em potenciais econômicos que tenha as oportunidades de se transmutarem em riquezas e melhoria de vida daquele contingente populacional que aqui vive.

Se deve lutar com todas as armas e competências para o fortalecimento do projeto ZFM e seu Polo Industrial de Manaus, pois é o único que se tem e que nos proporciona as riquezas que aqui circulam, porém, **jamais** se poderá repetir esse *status quo* que se vivencia nesses últimos 50 anos de Zona Franca. *Uma vez que DEUS dá a todos uma estrela, porém uns fazem dela um sol, outros nem conseguem vê-la.* E, como é desalentador denotar que passado meio século, a ZFM somente conseguiu “atrair” essas cerca de 550 empresas, o que para o pessoal do CEA, aqui no PIM deveriam ter no mínimo 5.000.

Cabendo demonstrar que esse processo de escolhas decisórias do governante estadual pode ser ou está sendo limitado por contingências, por inteligência limitada e cultura do atraso que interferem no fluxo normal da ideiação, e se for analisarmos criteriosamente isso, tais limitações passam a exercer mais influência sobre esse processo de como se comportam diante dos fatos reais.

Em Economia, não fazer nada ou ficar paralisado, estagnado, significa andar para trás, sendo que o importante do fato real é que a linha do tempo não para e a cada novo instante o presente transforma uma probabilidade de futuro em passado.

Quanto mais se adia um processo decisório, mais demorada será qualquer transformação que se deseje fazer. Então, alguém tem que decidir agir em prol do desenvolvimento econômico regional do Amazonas, governos federal, estadual, ou outros agentes econômicos, a hora é agora!

Pois, como aconteceu nessa quarta-feira (28/02/2018- 51º aniversário da ZFM), a 1ª. Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – CODAM, esvaziada, sem a tomada de nenhuma ação decisória governamental, sem nenhum comprometimento com o futuro por parte do agente governo estadual, deixando transparecer que a letargia na falta de ações continua e, que nestas reuniões se tem constatado que não se tem há mais de 10 anos, nenhum significativo investimento produtivo direto no PIM.

Sem embargo de outras abordagens, se os fatores limitantes do processo decisório do governo estadual já citados forem removidos e tomados em mãos os instrumentos necessários para colocar a vontade, o comprometimento e a responsabilidade com o futuro, em prática, como um desses instrumentos econômicos mais eficientes que se tem, é o Planejamento Econômico Estratégico (PEE) propositivo que indica caminhos econômicos mais racionais, bem como, programas e projetos que aliem às estratégias, com os recursos necessários, tanto organizacionais/institucionais, quanto ao capita intelectual apropriado, no contexto de equilíbrio econômico, certamente esses instrumentos farão atingir resultados com eficiência.

Por sua vez, as possibilidades de aplicações de instrumentos econômicos têm sido utilizadas em programas e projetos para desenvolvimento econômico regional como forma de mitigar o uso predatório dos recursos naturais.

Para os economistas do CEA, como ainda não se tem nada desenvolvido na utilização dos recursos naturais ou de produção de base endógena, as Políticas Públicas precisam se articular às dimensões econômica e social nos processo de desenvolvimento regional, de forma a minimizar predação e prejuízos, alterando a relação custo/benefício de determinadas atividades econômicas, em função dos impactos ambientais - ou socioambientais – negativos, dando ênfase nas externalidades positivas dos projetos ou de determinadas atividades econômicas.

Pois, fazer o desenvolvimento que tanto o Amazonas se recente, com ênfase nos fatores endógenos, sem que se torne refém de determinadas atividades econômicas, são desafiantes, e certos instrumentos econômicos possuem características de incentivar e atrair outros atores econômicos, que não necessariamente são fundamentados em políticas públicas específicas, mas que têm claros impactos sobre a qualidade socioambiental do projeto e dos processos a serem adotados.

(\*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: [nilsonpimentel@uol.com.br](mailto:nilsonpimentel@uol.com.br).